ENTRE RIMAS E REALIDADES: DISCUTINDO O FEMINICÍDIO NO ENSINO DE HISTÓRIA

Karolinne Ferreira Teles Souza Carvalho[1]

"Hoje meu amor veio me visitar
E trouxe rosas para me alegrar
E com lágrimas pede pra voltar
Hoje o perfume eu não sinto mais
Meu amor já não me bate mais
Infelizmente eu descanso em paz"[2]

Para Verena Alberti, quando relatos individuais nos guiam a camadas mais profundas de processos sociais e históricos, isso se chama "histórias dentro da história". Cada depoimento carrega não só a trajetória pessoal de quem narra, mas também os ecos das estruturas culturais, políticas e afetivas de seu tempo. E foi essa base referencial que guiou o meu trabalho, que encontrou escopo na história oral que dialoga com outras áreas das ciências humanas. Encontrei, no capítulo do livro de Pinsky (2005), o apoio ao uso do depoimento pessoal como ponte para a história oral, através do depoimento biográfico. Legitimando narrativas como fontes capazes de iluminar estruturas sociais, afetivas e culturais, Alberti valoriza o potencial desses relatos como "fontes vivas" que trazem à tona a experiência individual como parte de uma história coletiva, algo extremamente valioso em contextos periféricos, marginais e todos aqueles silenciados pela historiografia clássica ou pelos registros oficiais.

Nas turmas do ensino médio brasileiro, 50,9% do corpo discente é composto por estudantes do sexo feminino e 49% por estudantes do sexo masculino, com idades predominantemente entre 15 e 17 anos (INEP, 2023). A transição do 9º ano do ensino

[1] Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC). E-mail: karolinnecarvalho@discente.ufg.br
[2] Letra da canção *Rosas* do grupo Atitude Feminina. Assista o clipe musical disponível no Youtube Rosas - Atitude Feminina. Disponível em: Youtube. Acesso em: 9 ago. 2025.

fundamental para o 1º ano do ensino médio apresenta um escopo de mudanças tão amplo que, mesmo que se considerasse a assimilação de uma novidade por dia, os 365 dias do ano seriam insuficientes para abarcar todas as transformações vivenciadas. Nesse processo, crianças tornam-se adolescentes, e as cobranças, antes mais objetivas e indicativas, passam a ser formuladas de modo mais vago, com o intuito de promover autonomia nas decisões desses jovens, considerados potenciais adultos.

Além das alterações internas, externas e geográficas, há ainda as mudanças hormonais e das novas percepções sobre si e sobre o mundo, que configuram territórios desconhecidos. Tal cenário contribui para que esses adolescentes sintam-se, por vezes, *forasteiros* em sua própria realidade. A necessidade de pertencimento a uma comunidade ou grupo insere-os em um contexto de vulnerabilidade, no qual fatores como famílias disfuncionais, estrutura cultural machista, necessidade de aprovação social, sexualização precoce, superexposição a conteúdos *online* e naturalização da agressão constituem elementos propícios à formação de relacionamentos românticos abusivos ainda na juventude.

Considerando que, nessa faixa etária o lobo pré-frontal, área cerebral responsável pela regulação da tomada de decisões, pelo controle de impulsos, pela avaliação de riscos e pelo planejamento de ações segura, ainda não se encontra plenamente desenvolvido (Casey; Jones; Hare, 2008), questiona-se se este seria, de fato, o momento mais adequado para o envolvimento romântico.

Porém, como sabemos enquanto historiadores e professores, as relações românticas entre jovens são reais e crescentes, iniciando-se, em sua maioria, durante o período escolar, quase sempre entre colegas de turma e observadas por outros alunos. Crianças e adolescentes, cujas emoções ainda estão em desenvolvimento, enfrentam uma intensa carga de estímulos, alterações hormonais e, frequentemente, dispõem de pouco ou nenhum espaço para refletir sobre esses sentimentos e transformações. Foi exatamente essa realidade que me conduziu a esta pesquisa; minha dor pessoal se tornou um problema de pesquisa quase dez anos após a conclusão do ensino médio.

Com 11 anos, testemunhei um relacionamento abusivo, marcado por agressões crescentes que desembocaram no *mar do feminicídio* Aos 15, vivi minha primeira relação romântica, que, infelizmente, pouco se diferenciava desses padrões: iniciada na sala de aula, evoluiu para a naturalização no contexto escolar e familiar, e logo comportamentos abusivos e de controle passaram a surgir, de ambos os lados. Afinal, esse era o modelo de relacionamento ideal que observávamos em casa. E na escola? Na escola nenhum professor se dispôs a mencionar termos como machismo estrutural, relações abusivas, opressão na formação emocional de homens e meninos ou sequer a palavra "feminicídio".

O relacionamento terminou poucos meses depois, com um empurrão ironicamente na parede do fundo da mesma sala onde começou, deixando dois jovens traumatizados, abusados mutuamente e com experiências silenciadas pelo padrão escolar que, por vezes, parece replicar a estrutura comum familiar: "se não falarmos do problema, ele não existe". Anos mais tarde, já na minha primeira sala de aula enquanto professora, observei um casal no fundo da sala, com as carteiras unidas, isolados do restante da turma e privados de experiências coletivas ou até mesmo de um simples cumprimento, que poderia causar ciúmes e agressões verbais a esses cérebros ainda imaturos. Essa cena se repetia em várias turmas, alterando-se apenas o número de casais e os rostos ainda marcados por traços infantis.

Foi então que a Karol de 15 anos sussurrou ao meu ouvido: este é o lugar para conversarmos sobre homicídio de gênero, relações abusivas e a negligência emocional na criação de nossos homens e meninos. Nesse momento, nasceu minha ânsia pela história social e a urgência de debater esses afetos.

Tem que saber chegar

Alberti nos alerta para a natureza hermenêutica dessa metodologia, já que, para obter sucesso, é inexorável a sensibilidade interpretativa do historiador. Um dos eixos centrais da historiadora no trabalho é o conceito de "coautoria": a história oral não se

produz de maneira unilateral, mas sim a partir da troca, no meu caso, entre professora e alunos, construindo uma narrativa que emerge dessa interação. Mas a questão central era como provocar a interação e reconhecer meus próprios imbricamentos em narrativas cheias de subjetividade.

O dilema maior era: Como abordar crianças e adolescentes que, ao menor sinal de repreensão, atribuem ao adulto os rótulos de "chato", "careta" e "ultrapassado", refutando qualquer possibilidade de troca? Perguntava-me: o que eu poderia ensinar que os pais ainda não haviam dito? Seria ético discutir relacionamentos em sala de aula? Essas questões assolaram meu coração ansioso.

Por outro lado, o feminicídio, enquanto questão de saúde pública, acarreta imensos custos sociais e econômicos, afetando não só a vítima morta, mas deixando quase sempre crianças órfãs e famílias destruídas. As vítimas, em algum momento de suas vidas, já foram alunas, e os agressores também; os órfãos, provavelmente, ainda permanecem nas escolas. Por que, então, um espaço comum a todos esses personagens dessas tragédias não aborda ou informa sobre o tema?

Esse questionamento representou meu aval para iniciar o trabalho, mas o problema da abordagem permanecia.

Fiel à fala declarada do *hip hop* que promete ser a voz de grupos marginalizados, e debates silenciados, busquei uma saída nos estudos antropológicos que são as letras de *rap* pra mim, através da arte da música, da poesia e dos slams dão destaque a temas e debates que não estão acontecendo com a veemência que deveria. O grupo *Atitude feminina* atravessou meus tímpanos e alcançou meu coração como ferramenta essencial para iniciar esse assunto em sala de aula. O *rap*, estilo musical periférico já conhecido pelos alunos e de prática assimilativa, que introduz, de maneira natural, acontecimentos históricos e sociais aos quais os mesmos estão inseridos, possibilitando uma leitura crítica de algo que antes poderia passar despercebido, auxiliando na identificação desses e dessas jovens enquanto sujeitos históricos, mostrou-se um recurso adequado, um *quebra gelo* perfeito, e um ponto em comum entre eu e eles.

A música “Rosas” (2013) do grupo *Atitude feminina* descreve cronologicamente os acontecimentos de um relacionamento abusivo doméstico, a ausência de amparo familiar e a cadeia hereditária de meninos e meninas oriundos de lares disfuncionais. Por isso, encaixou-se perfeitamente em minha sequência didática.

Da Ponte pra cá

A partir do estabelecimento de uma bibliografia de apoio e da orientação imprescindível do meu professor e orientador Cristiano Nicolini, minhas ansiedades tomaram forma e fomento através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Desenvolvi uma sequência didática de duas aulas, que incluía a coleta de conhecimentos prévios ou repertórios acerca da temática ou contexto, seguida de exposição dialogada de dados relacionados a relacionamentos abusivos, violência doméstica e homicídio de gênero.

Levei para os alunos de um colégio da região oeste de Goiânia uma aula cuja proposta era criar um espaço de debate sobre o processo histórico do feminicídio. Compareceram 32 estudantes, entre meninas e meninos, e a intervenção começou com a coleta de informações prévias: pedi que compartilhassem o que vinha à mente quando ouviam a palavra feminicídio. Em seguida, entreguei a eles imagens de dez mulheres, sem qualquer introdução sobre quem eram. A proposta era que, no verso da folha, escrevessem sonhos, mensagens e objetivos que imaginassem para essas mulheres, como se estivessem projetando futuros possíveis.

No momento seguinte da aula, lemos juntos essas mensagens, as “*boas novas*” que eles desejaram para cada uma daquelas meninas e mulheres, com idades entre 15 e 50 anos. O clima da sala foi de expectativa e curiosidade, como se cada aluno quisesse oferecer algo de esperançoso àquelas vidas, ainda que de alguma maneira pela temática aula, eles já previam outro desfecho. Só depois apresentei a história real de cada uma delas. Na verdade, a história da morte de cada uma, pois, infelizmente, esses eram os registros que encontramos.

Procurei incluir mulheres de diferentes grupos étnicos e sociais, de várias faixas etárias e com trajetórias diversas: algumas que estavam sob medida protetiva, outras que já haviam se divorciado há anos, algumas mais velhas, outras que ainda nem tinham concluído a escola. Essa diversidade trouxe à tona a brutalidade da violência de gênero como algo que atravessa gerações e contextos.

Enquanto eu narrava, era possível perceber nos olhos dos estudantes o peso de cada história. O silêncio da sala denunciava o impacto: surpresa, indignação e aflição se misturavam. Foi um daqueles momentos em que percebemos como conversas difíceis nos atravessam, e como é duro, mas necessário, encarar essas realidades de frente.

Uma delas foi Jucilene Maria de Azevedo[3] Minha tia: carinhosa, amorosa, mãe de duas lindas meninas e também vítima de *feminicídio*, à qual dedico todos os meus esforços em realizar pesquisas sobre o tema. Expor a minha história estabeleceu mais firmeza em minha relação com eles; estava ali me vulnerabilizando perante toda turma, e quebrando qualquer possibilidade de que eles me colocassem em posição de julgamento quanto à história deles.

Terminei a sequência didática em três escolas diferentes e, em todas elas, ao final das aulas, era procurada por alunas que desejavam desabafar sobre as disfunções de suas casas e relacionamentos, e atravessada pelos silenciosos olhares dos meninos que ouviam envergonhados as narrativas, como se sentissem uma espécie de dívida, em primeiro plano desconfortável, mas o desconforto é ferramenta da mudança.

Uma delas me tocou profundamente: uma aluna quietinha durante toda a aula, sentada na lateral direita da sala, que me olhava firmemente durante os dois tempos de cinquenta minutos levantou-se na minha saída e debruçou sobre mim um olhar acolhido e curioso para relatar seu doloroso testemunho. Começou dizendo: “Parece que eu estou vivendo a história da minha mãe.” Acho que aquilo ela disse mais para si mesma do que para mim, afinal ela não me explicou depois o que de fato isso significava. Contou que sua mãe era adicta, o pai estava institucionalizado em unidade prisional há algum tempo, e que ela era a responsável pelos cuidados da irmã mais nova. Por isso,

[3] Matéria de 2014 G1 do fato: Mulher morre ao ser esfaqueada pelo ex no aniversário da filha. Acesso em: 24 ago. 2025.

precisaria sair da escola, que era em período integral, e também recebeu a proposta de morar com o namorado e precisava de um trabalho. Não falou muito sobre o parceiro, apenas que conversaria com ele sobre algumas coisas que nós havíamos discutido nas aulas (mesmo sem ter dito uma palavra durante as atividades, ela sabia que pertencia àquele espaço e usou o pronome pessoal "nós"), pois algumas atitudes do companheiro, de dezenove anos, agora soavam abusivas para ela. Talvez aqui ela encontrou o espelho que refletia a história da mãe.

Antes desse momento, nos últimos quinze minutos da aula, voltamos a ouvir juntos a música *"Rosas"*. Desta vez, o olhar era mais atento, sustentado por um repertório ampliado e pela certeza de que aquelas palavras não se tratavam apenas de versos ficcionais, mas refletiam realidades amparadas por dados concretos. Percebi que utilizar a música ao final da aula foi mais proveitoso do que na primeira sequência didática, quando havia apresentado a letra logo no início.Despedi-me da turma e fui embora pensando: se o meu trabalho aqui repercutir somente nesses cem minutos, o que de fato terei feito por essa realidade? A Karol de 11 anos, voltando para a escola após a experiência mais traumática de sua infância, estaria feliz em ter esse espaço na sala de aula, talvez para desabafar, talvez para se identificar; pois, naquele 2014, ela sentia que era a única com uma dor tão grande e uma história tão trágica que precisava ser escondida. No mesmo ano, 4.831 mulheres, além da "Tia Ju", foram mortas por feminicidas (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2016).

Figura: Aula 1 da sequência didática no colégio Carlos Alberto de Deus.

Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2025.

Já a Karol de 23 anos sente que acabou de abrir a porta de um caminho muito longo, plural e de infinitos contextos, ainda sem a resposta para a pergunta: "Discutir o feminicídio e a masculinidade tóxica na sala de aula tem resultado na diminuição dos números?" Eu não tenho essa resposta, até porque ainda é utópico que esse tipo de ensino seja democratizado. Mas posso responder: sim, é possível debater o feminicídio em sala de aula, e muitas meninas e meninos aguardam ansiosamente por esse espaço.

Entretanto, nada disso deve ser uma condenação aos meninos como agressores em potencial, e exige muito cuidado para que não se sintam culpados por algo que nem escolheram, evitando assim o afastamento ainda maior do debate. A intenção é trazê-los para dentro da discussão, apontando traços historicamente naturalizados, tais como ensinaram aos meninos que "homem não chora", "homem não desenvolve maturidade emocional", "homem não fica de conversinha", "homem não faz tarefas funcionais de

cuidado", para depois exigir que se compadeça com empatia e cuidado a suas parceiras, não se cobra algo que não foi ensinado.

Meu trabalho ainda está no começo, mas é aqui que delimito que não deixarei para trás nem meninas nem meninos. Meu único inimigo nessa relação é o feminicídio. Nesse sentido, é possível afirmar que a história oral, entendida como escuta atenta e partilha de memórias, constitui uma metodologia transformadora do sujeito histórico. Seu caráter qualitativo permite alcançar os corações de forma singular, ao mesmo tempo em que insere cada experiência na esfera mais ampla das vivências coletivas. Assim, o espaço da sala de aula não pode ser compreendido apenas como lugar de escuta dos alunos e comunicação dos professores, mas também como um ambiente de elaboração afetiva, de empatia e de diálogo. Esses elementos são fundamentais e transformadores, pois contribuem para a formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel histórico, capazes de perceber as não coincidências de suas vivências e de se abrir às múltiplas vozes que as fontes nos permitem interpretar e acessar.

Como nos lembra Henri-Irénée Marrou (1978), uma fonte jamais nos entrega, de forma imediata e transparente, a verdade sobre o passado: é preciso interpretá-la, situá-la em seu contexto e reconhecer as mediações que ela exige. Nesse mesmo sentido, no ensino de História, não basta apresentar dados ou narrativas; é necessário criar condições de escuta e de interpretação que permitam ao estudante elaborar, refletir e se reconhecer como parte de um processo histórico em constante transformação. Concluir essa experiência é também afirmar que a História, quando voltada para questões humanas e sensíveis, revela-se não apenas como conhecimento, mas como um espaço de elaboração, cuidado e resistência.

Referências

ROCHA, O. Educação, ensino de história e o combate à violência de gênero no Brasil contemporâneo. **História em Reflexão**, [S. l.], v. X, n. X, p. 27-54, 2020. Dossiê: Ensino de história, história das mulheres e desigualdades sociais no Brasil.

ATITUDE FEMININA. **Rosas.** [S. l.: s. n.], 2006. Disponível em: https://www.letras.mus.br/atitude-feminina/rosas/. Acesso em: 8 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Violência contra a mulher: panorama nacional.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023.

LENT, Roberto. **Cem bilhões de neurônios:** conceitos fundamentais de neurociência. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 155-202.

CASEY, B. J.; JONES, R. M.; HARE, T. A. The adolescent brain. **Annals of the New York Academy of Sciences**, v. 1124, n. 1, p. 111–126, 2008.

MARROU, Henri-Irénée. **De la connaissance historique** [Do conhecimento histórico]. 7. éd. Paris: Éditions du Seuil, 1978.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica** 2023. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/saiba-mais-sobre-o-panorama-das-mulheres-na-educacao-basica. Acesso em: 9 ago. 2025.